



CONCURSO PÚBLICO
REF. EDITAL N° 01/2015 - NÍVEL SUPERIOR

CARGO:

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

PROVA
1

Nome do Candidato

Inscrição

Instruções

1. Na sua Folha de Respostas, confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração, e se o curso corresponde àquele para o qual você se inscreveu. **NÃO SE ESQUEÇA DE MARCAR O NÚMERO CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA FOLHA DE RESPOSTAS.** Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação da prova é a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva. Só é permitido o uso de caneta esferográfica **transparente** de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas e da Versão Definitiva da Prova Discursiva. O preenchimento da Folha de Respostas deve ser realizado da seguinte maneira: ■■
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Prova Discursiva. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva devidamente preenchidas e assinadas. Somente será possível levar o caderno de questões após decorridas 5 (cinco) horas do início da prova, sendo necessário, obrigatoriamente, devolver ao fiscal a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Prova Discursiva.
5. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site da AOCP – www.aocp.com.br – no dia posterior à aplicação da prova.
6. Implicará a eliminação do candidato, caso, durante a realização das provas, qualquer equipamento eletrônico venha emitir ruídos, mesmo que devidamente acondicionado no **envelope de guarda de pertences**. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno, na Folha de Respostas ou na Versão Definitiva da Prova Discursiva, incorrerá na eliminação do candidato.

Atenção

O Caderno de questões possui 2 (duas) questões discursivas e 60 (sessenta) questões objetivas, numeradas sequencialmente, de acordo com o exposto no quadro a seguir:

Discursiva 01 e 02

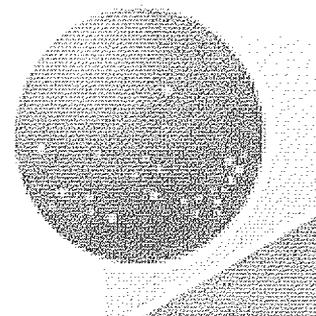
MATERIA **QUESTÕES**

Língua Portuguesa 01 a 10

Legislação 11 a 17

Informática 18 a 20

Conhecimentos Específicos 21 a 60



Tribunal Regional Eleitoral do Acre - Prova 01

Questão	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
Resp																															
Questão	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	
Resp																															

O gabarito oficial preliminar e o caderno de questões da prova objetiva estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aocp.com.br no dia seguinte à aplicação da prova.

1. A prova discursiva será avaliada considerando-se os seguintes aspectos:

- a) o conhecimento técnico-científico sobre a matéria;
- b) o atendimento ao tema proposto na questão;
- c) a clareza de argumentação/senso crítico;
- d) a utilização adequada da Língua Portuguesa.

2. O candidato terá sua prova discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao conteúdo avaliado e ao tema proposto, manuscruver em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado no Edital;
- b) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- c) redigir seu texto a lápis ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- d) não apresentar as questões redigidas na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- e) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

3. O candidato disporá de, no máximo, 15 (quinze) linhas para elaborar a resposta de cada questão da prova discursiva, sendo desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão de 15 (quinze) linhas permitida para a elaboração de seu texto.

QUESTÃO 01

Durante a campanha eleitoral de 2014, um partido político, integrante de uma coligação, teve dois candidatos impossibilitados de continuar na disputa nas eleições majoritárias. O candidato a governador faleceu e o candidato a senador renunciou. Diante disso, discorra sobre o procedimento de substituição e registro, bem como o prazo final para a substituição desses candidatos.

1. _____

2. _____

3. _____

4. _____

5. _____

6. _____

7. _____

8. _____

9. _____

10. _____

11. _____

12. _____

13. _____

14. _____

15. _____

QUESTAO 02

Encerradas as eleições, é necessária a prestação de contas das campanhas eleitorais referente à arrecadação e à aplicação de recursos financeiros. Nas eleições de 2014, o candidato A teve suas contas julgadas não prestadas e o candidato B teve suas contas julgadas desaprovadas. Explique a diferença e as consequências no que se refere à emissão da certidão de quitação eleitoral para os candidatos A e B.

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____
11. _____
12. _____
13. _____
14. _____
15. _____

Atenção! Não **ESQUEÇA** de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa desse caderno.

Leia o texto e responda as questões de 1 a 9.

DIREITO DO IDOSO

Hoje, o envelhecimento se encontra na ordem do dia. Os mais importantes veículos de comunicação dão destaque a esse fenômeno, abordando as suas causas e consequências. O envelhecimento populacional, portanto, transformou-se em uma questão social relevante, uma vez que impacta marcantemente nos destinos da própria sociedade. Isso tanto é verdade que há estudiosos falando em uma revolução dos idosos. E não é para menos. Mais de dois bilhões de pessoas terão mais de sessenta anos até 2050, o que representará um contingente expressivo, considerando a população total do planeta.

Ora, se um contingente tão grande de pessoas passa a ter uma idade a partir da qual é caracterizada como idosa, isso significa que direitos específicos desse contingente populacional precisam ser garantidos.

É preciso destacar que o Estado brasileiro não se preparou para o impacto que o envelhecimento populacional acarretou nos sistemas previdenciário e de saúde, por exemplo. Não houve planejamento, de modo que o sistema previdenciário, uma espécie de seguro para garantir dignidade ao ser humano na velhice, corre riscos de continuidade, mantidos os parâmetros atuais. Da mesma forma, o sistema de saúde apresenta uma dinâmica incapaz de atender às demandas dos idosos, os quais são os principais clientes desse sistema, porquanto mais vulneráveis a doenças, inclusive algumas próprias dessa fase da vida, como câncer, hipertensão, osteoporose, demência, para só citar algumas.

Portanto, o impacto que as pessoas que acumulam muitos anos provocam na sociedade, considerando apenas esses dois sistemas, e a necessidade de que os direitos fundamentais desse segmento populacional sejam efetivamente garantidos, já se revela suficiente para que se perceba a importância da disciplina Direito do Idoso.

Vale destacar que o envelhecimento não é um fenômeno estático. Na medida em que as condições sociais e econômicas melhoram, as pessoas têm oportunidade de viver mais. Caso se associem a esses elementos os avanços da tecnologia médica em todas as suas dimensões, a expectativa de vida pode realmente surpreender. É a vitória da vida.

Sendo, portanto, o envelhecimento a oportunidade de uma vida mais longa, pode ser traduzido como o próprio direito de existir, na medida em que viver é ter oportunidade de envelhecer. Ora, se é assim, o envelhecimento é um direito e, mais do que isso, é um direito fundamental, na medida em que se traduz no direito à vida com dignidade, o que quer dizer que as pessoas não perdem direitos na medida em que envelhecem. Pelo contrário, demandam mais direitos para que possam usufruir plenamente o direito à liberdade em todos os aspectos, patrimônio do qual nenhum ser humano pode abdicar.

Apesar de a expectativa de vida no Brasil vir aumentando ano após ano, ainda não estão sendo oferecidas condições de vida adequadas para os velhos. O processo de envelhecimento no país apresenta nuances artificiais, na medida em que as pessoas têm suas vidas alongadas mais pela universalização da tecnologia médica (notadamente do sistema de vacinação, que abortou mortes prematuras causadas por doenças endêmicas) do que propriamente pela experimentação de padrões sociais e econômicos de excelência, a exemplo dos países desenvolvidos.

Portanto, a ausência de serviços e ações específicas e necessárias para a garantia dos direitos das pessoas idosas contribui para o descrédito da efetividade dos seus direitos, os quais estão declarados de forma direta ou indireta, em convenções, acordos e tratados internacionais, além das previsões constitucionais e legais em relação a esse segmento, destacando-se o Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03) [...].

Sendo assim, a garantia dos direitos dos idosos no Brasil depende de uma profunda compreensão das causas e consequências do processo de envelhecimento populacional, do papel que deve ser reservado aos velhos em uma sociedade tecnológica, da necessidade de garantir-lhes todos os direitos fundamentais inerentes à condição humana, destacando-se a necessidade de desenvolver esforços para que tenham autonomia o máximo de tempo possível, do enfrentamento de todas as formas de violência, por meio da construção de uma rede de proteção e defesa dos direitos desse contingente populacional.

REFERÊNCIA: Adaptado de RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. Direito do idoso. *Jornal Estado do Direito*. 42ª. ed. Porto Alegre, 3 set. 2014. Disponível em: www.estadodedireito.com.br. Acesso em: 27/06/2015.

QUESTÃO 01

O texto discute, predominantemente,

- (A) o crescimento da população e as consequências negativas para o sistema previdenciário e de saúde do Brasil.
- (B) o crescimento da população idosa e a necessidade de assegurar os direitos a essa parcela considerável da população.
- (C) o crescimento da população idosa e a necessidade de instituir novas leis, no Estatuto do Idoso, como medida urgente a ser tomada pelo Estado.
- (D) o crescimento da população, no Brasil, como consequência, em primeiro lugar, de políticas públicas eficientes e de avanços na tecnologia médica.
- (E) o crescimento da população idosa e a necessidade de inclusão de disciplinas em programas sociais específicos como forma de refletir e discutir a situação do idoso na sociedade.

QUESTÃO 02

O texto "Direito do Idoso" apresenta informações a respeito do envelhecimento populacional e uma reflexão em relação à situação do idoso e seus direitos na sociedade brasileira. Considerando essa afirmação, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) O aumento considerável da população idosa, até 2050, interfere na dinâmica social mundial.
- (B) Os direitos dos idosos se restringem às suas condições de produção, participação social, econômica e política.
- (C) Para enfrentar as mudanças ocorridas no sistema previdenciário e de saúde decorrentes do envelhecimento populacional, o Estado deveria estar preparado.
- (D) Envelhecer com qualidade é um direito do idoso, portanto, seria preciso adotar medidas práticas para garantir os direitos fundamentais a esse contingente da população.
- (E) Os direitos dos idosos incluem a proteção contra a violência.

QUESTÃO 03

Em "Pelo contrário, demandam mais direitos para que possam usufruir plenamente o direito à liberdade em todos os aspectos, patrimônio do qual nenhum ser humano pode abdicar.", a palavra em destaque se refere

- (A) aos bens materiais que as pessoas conquistaram e aos quais têm o direito de usufruir na velhice.
- (B) aos direitos decorrentes do tempo de serviço que as pessoas idosas conquistam ao longo dos anos.

- (C) ao direito de utilizar o sistema de saúde público, o qual disponibiliza uma medicina preventiva de qualidade, para garantir uma vida saudável aos idosos.
- (D) ao direito de existir, direito fundamental reservado a todo ser humano.
- (E) ao direito de liberdade, em todos os aspectos, direito esse resultante de outros direitos, inclusive o fundamental.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa correta quanto ao que se afirma, entre os parênteses, a respeito dos mecanismos de coesão em destaque em cada trecho a seguir.

- (A) "Hoje, o envelhecimento se encontra na ordem do dia. Os mais importantes veículos de comunicação dão destaque a esse fenômeno, abordando as suas causas e consequências" (refere-se à "ordem do dia").
- (B) "O envelhecimento populacional, portanto, transformou-se em uma questão social relevante, uma vez que impacta marcadamente nos destinos da própria sociedade" (pode ser substituído, sem prejuízo semântico, por "no entanto").
- (C) "[...] Da mesma forma, o sistema de saúde apresenta uma dinâmica incapaz de atender às demandas dos idosos [...]" (exprime ideia de causa).
- (D) "Na medida em que as condições sociais e econômicas melhoram, as pessoas têm oportunidade de viver mais" (expressa intensidade).
- (E) "Portanto, a ausência de serviços e ações específicas e necessárias para a garantia dos direitos das pessoas idosas contribui para o descrédito da efetividade dos seus direitos [...]" (remete a pessoas idosas).

QUESTÃO 05

Em "Caso se associem a esses elementos os avanços da tecnologia médica em todas as suas dimensões, a expectativa de vida pode realmente surpreender", a oração subordinada expressa

- (A) finalidade.
- (B) causa.
- (C) comparação.
- (D) condição.
- (E) contraste.

QUESTÃO 06

Em “[...] de modo que o sistema previdenciário, uma espécie de seguro para garantir dignidade ao ser humano na velhice, corre riscos de continuidade [...]”, as vírgulas foram empregadas

- (A) por haver no período uma explicação intercalada referente a “sistema previdenciário”.
- (B) por haver no período uma oração adverbial intercalada com função de indicar finalidade.
- (C) para separar entre si elementos de mesma função sintática.
- (D) para indicar a elipse (omissão) do verbo “é”, no primeiro caso, e, no segundo caso, para substituir a conjunção “e”.
- (E) inadequadamente, pois, a segunda vírgula está separando sujeito e verbo, e, no caso da primeira vírgula, em seu lugar, deveria constar a conjunção “e”.

QUESTÃO 07

Em “O envelhecimento populacional, portanto, transformou-se em uma questão social relevante, uma vez que impacta marcadamente nos destinos da própria sociedade”, o “se” em destaque

- (A) poderia ser substituído pelo pronome “lhe”.
- (B) poderia ser retirado, sem que houvesse qualquer prejuízo sintático-semântico ao período.
- (C) encontra-se em posição enclítica com relação à colocação pronominal.
- (D) exerce função sintática de sujeito por ser pronome reflexivo.
- (E) funciona como índice de indeterminação do sujeito.

QUESTÃO 08

Em “Portanto, o impacto que as pessoas que acumulam muitos anos provocam na sociedade, considerando apenas esses dois sistemas[...]”, o “que” em destaque exerce a mesma função do “que” em

- (A) “[...] o envelhecimento é um direito e, mais do que isso, é um direito fundamental.”.
- (B) “[...] isso significa que direitos específicos desse contingente populacional precisam ser garantidos.”.
- (C) “ É preciso destacar que o Estado brasileiro não se preparou para o impacto [...]”.
- (D) “[...] depende de uma profunda compreensão das causas e consequências do processo de envelhecimento populacional, do papel que deve ser reservado aos velhos.”.
- (E) “[...] já se revela suficiente para que se perceba a importância da disciplina Direito do Idoso.”.

QUESTÃO 09

Considere o período “Ora, se um contingente tão grande de pessoas passa a ter uma idade a partir da qual é caracterizada como idosa, isso significa que direitos específicos desse contingente populacional precisam ser garantidos” e assinale a alternativa correta.

- (A) Os termos “é”, “caracterizada” e “idosa” deveriam estar no plural para concordar com “pessoas”.
- (B) O verbo “passa” deveria estar no plural para concordar com “pessoas”.
- (C) “direitos específicos desse contingente populacional” é o sujeito do verbo “precisam”.
- (D) “direitos específicos desse contingente populacional precisam ser garantidos” funciona como oração subordinada objetiva indireta da oração que lhe é anterior.
- (E) “precisam ser garantidos” deveria estar no singular para concordar com “contingente populacional”.

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que todo o trecho apresentado está gramaticalmente adequado.

- (A) O prefeito e o diretor do DEPASA foram acompanhar os trabalhos de infraestrutura que estão acontecendo no bairro, onde aproveitaram a ocasião para conversar com os moradores e explicar os serviços que estão sendo executados.
- (B) O Portal da Amazônia é um dos bairro mais antigo e tradicional da região do Calafate. Com mas de vinte anos de existência, foram anos e anos convivendo com a lama durante o inverno.
- (C) O programa Ruas do Povo, que em Rio Branco é executado através de parceria do governo do Estado com a prefeitura, irá pavimentar nesse verão trinta e quatro ruas do bairro.
- (D) Em toda a região do Calafate, são sessenta e cinco ruas, que está levando qualidade de vida aos moradores, como ao seu Idalcio, que faz questão de agradecer o trabalho que vem sendo realizado no seu bairro.
- (E) O prefeito destacou a parceria com o governo do Estado para levar a infraestrutura a bairros importantes, como o Portal da Amazônia. Além da pavimentação das ruas, a prefeitura segue com a manutenção viária em diversos bairros da cidade.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11

Acerca dos requisitos básicos para investidura em cargo público, estabelecidos na Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta.

- (A) São requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros, gozo dos direitos políticos, certidão negativa de débitos e aptidão física e mental.
- (B) A administração não pode exigir exame psicotécnico do candidato.
- (C) Aos portadores de deficiência, será reservado 1% (um por cento) das vagas.
- (D) Embora não esteja previsto expressamente na Lei nº 8.112/90, a jurisprudência admite que o edital do concurso estabeleça um tempo mínimo de experiência profissional do candidato como requisito para a investidura.
- (E) Em hipótese alguma, o edital pode exigir altura mínima do candidato, pois se trata de requisito preconceituoso, sem que haja qualquer peculiaridade no serviço público que o justifique.

QUESTÃO 12

No tocante às proibições do servidor público, previstas na Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta.

- (A) É proibido ao servidor se manter chefe de parente de quarto grau.
- (B) O servidor não pode ser gerente de sociedade privada, exceto se já era gerente da sociedade antes da investidura no cargo.
- (C) É proibido ao servidor cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias.
- (D) É proibido ao servidor recusar fé a documento público, exceto se autorizado pelo seu chefe.
- (E) É proibido ao servidor, em regra, filiar-se a partido político.

QUESTÃO 13

Em relação ao processo administrativo, disciplinado na Lei nº 9.784/99, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 9.784/99 também se aplica aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.
- (B) À decisão administrativa, não cabe o recurso, mas o interessado sempre poderá questioná-la no Poder Judiciário.

- (C) A administração pode revogar seus atos, se inoportunos ou inconvenientes, mas a anulação do ato só pode ser feita por sentença judicial.
- (D) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, sem possibilidade de prorrogação desse prazo.
- (E) Os Poderes Legislativo e Judiciário, que são independentes, têm regras próprias para o processo administrativo, não se sujeitando, em qualquer hipótese, à Lei nº 9.784/99, que se aplica apenas ao Poder Executivo.

QUESTÃO 14

Assinale a alternativa correta em relação à jurisprudência atual a respeito da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92).

- (A) O STF já decidiu, de forma definitiva e vinculante, que todos os agentes políticos, indistintamente, submetem-se à Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade deve ser cumulativa, ou seja, todas as sanções previstas para o ato devem ser, necessariamente, aplicadas.
- (C) Ainda que a Lei mencione a hipótese de culpa, os Tribunais pátrios afirmam com frequência que essa previsão é inconstitucional e que a improbidade só se caracteriza na presença de dolo e má-fé do agente público.
- (D) A Lei de Improbidade retroage para fatos ocorridos antes de sua vigência.
- (E) Antes de propor Ação Civil Pública, o Ministério Público deve, necessariamente, instaurar Inquérito Civil para apurar os fatos.

QUESTÃO 15

É ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário

- (A) receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- (B) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º, da Lei nº 8.429/92, por preço superior ao valor de mercado.
- (C) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de

- serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.
- (D) utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da Lei n.º 8.429/92, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros, contratados por essas entidades.
 - (E) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.

QUESTÃO 16

Em relação a Recurso Contra Expedição de Diploma, regulado no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, assinale a alternativa correta.

- (A) O Recurso Contra a Expedição de Diploma será interposto no prazo de quinze dias da sessão de diplomação.
- (B) Caberá Recurso Contra Expedição de Diploma nos casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato, errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional, erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda e concessão ou denegação de diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, na hipótese do art. 222 do CE.
- (C) Têm legitimidade para propor o Recurso Contra a Expedição de Diploma somente o Ministério Público Eleitoral.
- (D) Não cabe Recurso Contra a Expedição de Diploma de vice-prefeito.
- (E) Enquanto a Justiça Eleitoral não decidir o Recurso Contra a Expedição do Diploma, o diplomado ficará impedido de exercer o mandato.

QUESTÃO 17

Conforme o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral do Acre, é direito dos servidores

- (A) trabalhar em ambiente sofisticado.
- (B) ser tratado com equidade nos sistemas de avaliação e reconhecimento de desempenho individual, remuneração, promoção e lotação, podendo a administração, se o caso exigir sigilo, limitar o acesso às informações.
- (C) participar de atividades de capacitação e treinamento necessários ao desenvolvimento profissional, devendo ele próprio custear as respectivas despesas.

- (D) recusar-se a cumprir ordem do superior hierárquico direto no que diz respeito à regras de processo, quando a respeito do assunto houver controvérsia jurisprudencial atual.
- (E) ser cientificado, ainda que informalmente, prévia e diretamente, sobre exoneração de cargo em comissão ou dispensa de função comissionada, bem como de alteração de sua lotação.

INFORMÁTICA

QUESTÃO 18

O sistema operacional Linux é um sistema multiusuário e multitarefa. Ele possui diversos diretórios que organizam os seus arquivos. Um dos diretórios mais importantes é o "/etc", cuja função é armazenar os

- (A) dispositivos aos quais o sistema tem acesso.
- (B) arquivos de configuração do sistema.
- (C) documentos, incluindo informação útil sobre o Linux.
- (D) arquivos executados automaticamente pelo sistema.
- (E) programas voltados aos usuários do sistema em geral.

QUESTÃO 19

Um usuário do MS-Excel 2010 ou superior, português - Brasil, necessita referenciar a célula B5 da planilha 2, "Plan2", na célula A3 da planilha 1, "Plan1". O comando correto a ser digitado pelo usuário para a criação dessa referência é

- (A) =Plan2!B5Plan1!A3
- (B) =Plan2!B5 + A3
- (C) =Plan1!A3
- (D) =Plan2!B5
- (E) =Plan1!A3!B5

QUESTÃO 20

Um usuário necessita de uma aplicação para cadastrar rapidamente seus clientes. Existe uma ferramenta do MS-Office Professional que permite a criação de uma base de dados e de aplicações com essa finalidade. Esse programa denomina-se

- (A) MS-Access.
- (B) MS-Excel.
- (C) MS-Word.
- (D) MS-Writer.
- (E) MS-Calc.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21

O que é considerado propaganda eleitoral antecipada?

- (A) Entrevista, em programas de rádio, dada por pré-candidatos, com exposição de plataformas e projetos políticos.
- (B) Divulgação de atividades realizadas em encontros fechados nos quais foram discutidas as alianças partidárias visando às eleições.
- (C) Divulgação de prévias partidárias nas redes sociais.
- (D) Convocação, por parte dos Presidentes da Câmara dos Deputados, de redes de radiodifusão para divulgação de atos que denotem propaganda política.
- (E) Posicionamento pessoal sobre questões políticas nas redes sociais.

QUESTÃO 22

Em relação às eleições, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas eleições proporcionais, os únicos votos considerados válidos são os dados a candidato regularmente inscrito.
- (B) Será considerado eleito, o candidato a Governador que obtiver a maioria absoluta dos votos, computando os nulos, mas não os brancos.
- (C) São realizadas eleições simultâneas para Presidente e Vice-Presidente, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador e Vereador.
- (D) Para o eleitor que deixar de votar e não se justificar perante o juiz eleitoral, em até quinze dias após a realização da eleição, incorrerá multa de dez a vinte por cento sobre o salário-mínimo da região.
- (E) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal do candidato, convocar-se-á, dentre os remanescentes, o de maior votação.

QUESTÃO 23

Os requisitos para admissão do registro do estatuto de partido político de caráter nacional são:

- (A) comprovar o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos totais dados na última eleição para Presidente, distribuídos por 1/3 (um terço), ou mais, dos Estados com um mínimo de 0,1%

do eleitorado que haja votado em cada um deles

- (B) comprovar o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e nulos, distribuídos por 1/3 (um terço), ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.
- (C) comprovar o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, 0,1% dos votos totais dados na última eleição para a Câmara dos Deputados, distribuídos por 1/5 (um quinto), ou mais, dos Estados, com um mínimo de 1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.
- (D) comprovar o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% dos votos dados na última eleição geral para Presidente, não computados os votos em branco e nulos, distribuídos por 1/5 (um quinto), ou mais, dos Estados, com um mínimo de 1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.
- (E) comprovar o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,1% dos votos totais dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados distribuídos por 1/3 (um terço), ou mais, dos Estados, com um mínimo de 1% do eleitorado que haja votado em cada um deles.

QUESTÃO 24

A Lei 9.504/97 determina que as emissoras de rádio e de televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados na lei reservarão, nos quarenta e cinco dias anteriores à antevéspera das eleições, horário destinado à divulgação, em rede, da propaganda eleitoral gratuita. Em relação ao assunto, é correto afirmar que a propaganda será feita

- (A) na eleição para Presidente da República às segundas, quartas e sextas-feiras das sete horas às sete horas e vinte e cinco minutos e das doze horas às doze horas e vinte e cinco minutos, no rádio.
- (B) nas eleições para Deputado Federal às terças e quintas-feiras e aos sábados das treze horas às treze horas e vinte e cinco minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte horas e cinquenta e cinco minutos, na televisão.
- (C) nas eleições para Governador de Estado e do Distrito Federal às segundas, quartas e sextas-feiras das treze horas e vinte e cinco minutos às treze horas e cinquenta minutos e das vinte horas e cinquenta e cinco minutos às vinte e uma horas e vinte minutos, na televisão.

- (D) na eleição para Senador, às segundas, quartas e sextas-feiras das sete horas e quarenta minutos às sete horas e cinquenta minutos e das doze horas e quarenta minutos às doze horas e cinquenta minutos, no rádio, nos anos em que a renovação do Senado Federal se der por 1/3 (um terço).
- (E) nas eleições para Prefeito e Vice-Prefeito às terças e quintas-feiras e aos sábados das treze horas às treze horas e trinta minutos e das vinte horas e trinta minutos às vinte e uma horas, na televisão.

QUESTÃO 25

Em relação às regras específicas para o registro de candidatos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os candidatos podem concorrer à eleição estando ligados a um partido ou de maneira independente.
- (B) É permitido o registro em mais de uma circunscrição, contanto que seja para cargos diferentes.
- (C) Após a realização do registro, o candidato não pode requerer o cancelamento de seu registro.
- (D) O registro só pode ser feito pessoalmente pelo candidato.
- (E) O registro dos candidatos a vereador, prefeito e vice-prefeito deve ser realizado nos Juízos Eleitorais.

QUESTÃO 26

Referente ao transporte gratuito de eleitores, assinale a alternativa correta.

- (A) É sempre proibido.
- (B) É permitido apenas na véspera das eleições.
- (C) É realizado pela Justiça Eleitoral em zonas rurais com veículos e embarcações pertencentes à União, Estados, Territórios e Municípios ou particulares, quando for o caso.
- (D) No dia das eleições, todos os transportes regulares que ligam as áreas rurais às zonas eleitorais serão gratuitos.
- (E) É permitido em zonas rurais e em comunidades de difícil acesso, quando realizado por partidos políticos, com dinheiro próprio e declarado nos gastos do partido.

QUESTÃO 27

São exigências para a transferência de título eleitoral (excluídos os casos de transferência ou remoção de servidor público civil, militar, autárquico ou de membro de sua família), EXCETO:

- (A) o recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.

- (B) o transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- (C) a residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
- (D) não ter faltado, sem justificativa, à convocação de mesário nas últimas duas eleições.
- (E) a prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 28

A propaganda eleitoral na internet, regulada pela Lei nº12.034/2009, admite que

- (A) é permitida a propaganda eleitoral paga, desde que anunciado que se trata de uma publicidade.
- (B) é permitida a veiculação de propaganda eleitoral em sítios de pessoas jurídicas com fins lucrativos, quando de forma gratuita.
- (C) é permitida a veiculação gratuita de propaganda eleitoral em sítios oficiais ou hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, com espaço e repetições definidas de maneira proporcional ao tempo de veiculação na televisão.
- (D) é permitida a livre escolha do provedor de serviço de internet, podendo estar estabelecido em qualquer país.
- (E) é permitida a veiculação de propaganda eleitoral em sítios de mensagens instantâneas e assemelhados, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos, partidos ou coligações ou de iniciativa de qualquer pessoa natural.

QUESTÃO 29

Se um candidato, partido ou coligação for atingido por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, é assegurado a ele o direito de resposta. Referente ao assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para o pedido do direito de resposta à Justiça Eleitoral é de quarenta e oito horas, contadas a partir da veiculação da ofensa em programação normal das emissoras de rádio e televisão e em órgão da imprensa escrita.
- (B) Em ofensa veiculada em órgão da imprensa escrita, o ofendido deverá primeiramente entrar com um habeas data contra a entidade veiculadora da ofensa, para que o material impresso seja diretamente enviado à Justiça Eleitoral. Após o encaminhamento, deverá entrar com o pedido nominal.
- (C) Em ofensa veiculada no horário eleitoral gratuito, se o ofendido utilizar o tempo concedido e não responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído tempo idêntico do respectivo programa eleitoral.
- (D) Em ofensa veiculada na internet, a resposta ficará disponível por tempo idêntico ao da mensagem considerada ofensiva.
- (E) Os pedidos de direito de resposta não possuem tramitação preferencial em relação aos demais processos em curso na Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 30

Os partidos e coligações têm o direito de fiscalizar todas as fases do processo de votação, apuração e processamento eletrônico da totalização dos resultados. Referente ao assunto, é correto afirmar que

- (A) no dia da eleição será realizada, por amostragem, auditoria de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas, através de votação paralela, na presença dos fiscais dos partidos e coligações
- (B) cada partido ou coligação tem direito a indicar ao credenciamento para a Justiça Eleitoral, no máximo, cinco fiscais por seção eleitoral.
- (C) não é permitido que um fiscal seja nomeado para mais de uma Seção Eleitoral.
- (D) os partidos e coligações têm direito a acompanhar determinadas etapas da eleição, mas estão impedidos de contratar empresas externas de auditoria de sistemas.
- (E) os boletins de urna serão entregues aos partidos e coligações pela Justiça Eleitoral, ficando proibido o contato entre os fiscais e delegados de partido e o Presidente da Mesa Receptora.

QUESTÃO 31

Para evitar vantagens dos agentes públicos em função do cargo em campanhas eleitorais,

- (A) é proibido ao candidato comparecer à inauguração de obras públicas desde o lançamento de sua campanha.
- (B) é permitido apenas ao Presidente da República fazer o uso de transporte oficial de maneira gratuita em campanha eleitoral.
- (C) é vedado qualquer tipo de nomeação para cargos do Poder Judiciário nos três meses que antecedem o pleito.
- (D) na realização de inaugurações, fica proibida a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos nos três meses anteriores às eleições.
- (E) a política de distribuição gratuita de bens, por parte da Administração Pública, não se altera em ano eleitoral, visto que já obedece a rigorosos controles internos.

QUESTÃO 32

Referente às infrações penais eleitorais, é correto afirmar que

- (A) a função de polícia, em matéria eleitoral, recai sobre a Polícia Estadual, que a exercerá com prioridade sobre suas atribuições regulares.
- (B) após recebida a notícia-crime o Juízo Eleitoral, julgando a incompetência dela, determinará o seu arquivamento.
- (C) não há possibilidade de prisão por flagrante delito em matéria de direito eleitoral.
- (D) o preso por crime eleitoral será defendido, necessariamente, pela Defensoria Pública.
- (E) o Juiz Eleitoral poderá, em caso de prisão em flagrante, relaxar a prisão ilegal, conceder liberdade provisória ou converter a prisão em flagrante em preventiva.

QUESTÃO 33

São considerados inelegíveis para Vice-Presidente e Presidente da República, EXCETO:

- (A) os Prefeitos, até seis meses depois de afastados definitivamente de seus cargos.
- (B) os que, em estabelecimentos de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade.
- (C) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 12 (doze) anos,

- contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário.
- (D) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes contra a dignidade sexual.
 - (E) os que tenham, dentro dos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em entidades representativas de classe, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social.

QUESTÃO 34

A pena para o ato de falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro, para fins eleitorais, é de

- (A) reclusão de dois a seis anos e pagamento de 15 a 30 dias-multa.
- (B) detenção de três meses a um ano e pagamento de 5 a 20 dias-multa.
- (C) reclusão de até três anos e pagamento de 3 a 15 dias-multa.
- (D) reclusão de até cinco anos e pagamento de 3 a 10 dias-multa.
- (E) detenção de até seis meses ou pagamento de 90 a 120 dias-multa.

QUESTÃO 35

A pena por injuriar alguém, na propaganda eleitoral, ofendendo-lhe a dignidade, será aumentada em um terço quando a injúria

- (A) for cometida na presença de várias pessoas.
- (B) for cometida por motivo ilegítimo.
- (C) for cometida em propaganda de candidato que esteja concorrendo ao mesmo cargo.
- (D) for cometida por motivo fútil.
- (E) ofender a vida pessoal de um funcionário público.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa correta referente às normas para a imposição e cobrança de multas eleitorais, salvo em casos de condenações criminais.

- (A) O valor da multa é fixo, não havendo arbitramento em relação à condição econômica do eleitor.
- (B) Caso findo o prazo de pagamento de 15 (quinze) dias, a multa será considerada dívida líquida e certa, para efeito de cobrança do Supremo Tribunal Eleitoral (TSE).
- (C) É permitido recurso de ofício.

- (D) A multa poderá ser aumentada em até dez vezes, caso o infrator seja reincidente.
- (E) A cobrança judicial da dívida será feita por ação executiva na forma prevista para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, correndo a ação perante os juízos eleitorais.

QUESTÃO 37

Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

- (A) I. de três juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
II. de três juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
III. de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;
IV. por nomeação, pelo Presidente da República, de quatro juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- (B) I. de um ministro, dentre os ativos do Supremo Tribunal de Justiça;
II. de três juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
III. de três juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
IV. por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- (C) I. de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
II. de dois juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
III. de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;
IV. por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.
- (D) I. de um ministro, dentre os ativos do Supremo Tribunal de Justiça;
II. de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
III. de três juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça;
IV. de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;
V. por nomeação, pelo Presidente da República, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

- (E) I. de dois juízes, dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça;
II. de dois juízes do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo;
III. por nomeação, pelo Presidente da República, de três juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

QUESTÃO 38

Referente à promoção e difusão da participação política feminina, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) corretas(s).

- I. O tempo mínimo dedicado às mulheres na propaganda partidária é de 10%.
- II. É obrigatória a criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres com recursos oriundos do fundo partidário, observado o mínimo de 5% do total.
- III. Cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 40% e o máximo de 60% para candidaturas de cada sexo para o registro de candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

- (A) Apenas I.
(B) Apenas III.
(C) Apenas I e II.
(D) Apenas II e III.
(E) Apenas I e III.

QUESTÃO 39

O prazo, anterior ao pleito, de desincompatibilização do Auditor Fiscal da Receita Federal para disputar o cargo de Governador e Vice-Governador é

- (A) 3 meses.
(B) 4 meses.
(C) 6 meses.
(D) 1 ano.
(E) a partir do registro da candidatura.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei Complementar 135/10 (Lei da Ficha Limpa), são inelegíveis, para qualquer cargo, os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da data

- (A) da eleição.
- (B) da decisão transitada em julgado.
- (C) do ilícito praticado.
- (D) do término do mandato, no caso dos eleitos.
- (E) da decretação de inelegibilidade.

QUESTÃO 41

A Lei nº 9.504/97 (e alterações posteriores), que regula a arrecadação e a aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, define que

- (A) o limite para gastos com aluguel de veículos automotores é de 20% (vinte por cento) do total gasto na campanha.
- (B) os comitês financeiros dos partidos deverão ser registrados antes da escolha dos candidatos.
- (C) as doações e contribuições de pessoas físicas ficam limitadas em 5% (cinco por cento) dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição.
- (D) a realização de pesquisas pré-eleitorais não é considerada um gasto eleitoral.
- (E) é vedada a realização de gastos não reembolsados por eleitores.

QUESTÃO 42

A expedição de diploma aos eleitos para cargos municipais compete

- (A) ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- (B) ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).
- (C) ao Prefeito.
- (D) à Câmara de Vereadores.
- (E) às Juntas Eleitorais.

QUESTÃO 43

De acordo com a Lei 9.504/97, as reclamações referentes às eleições federais devem dirigir-se

- (A) aos Juízes Eleitorais.
- (B) aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (C) ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) ao Ministério Público.
- (E) às Juntas Eleitorais.

QUESTÃO 44

Referente aos juízes dos Tribunais Eleitorais, assinale a alternativa correta.

- (A) Salvo motivo justificado, servirão por quatro anos com possibilidade de prorrogação por período igual.
- (B) Não podem servir na mesma circunscrição juízes que possuam parentes até segundo grau de políticos eleitos, mesmo que estes parentes não sejam candidatos a cargo efetivo.
- (C) Servirão obrigatoriamente por dois anos, sem possibilidades de serviço consecutivo.
- (D) É descontado o período de afastamento por férias no cálculo do tempo de serviço.
- (E) Da homologação da respectiva convenção partidária até a apuração final da eleição, não poderá servir como juiz nos tribunais eleitorais o cônjuge de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.

QUESTÃO 45

Referente à composição do Tribunal Superior Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) O TSE é composto, no mínimo, por 3 (três) juízes dentre os Ministros do STF, 2 (dois) juízes dentre os Ministros do STJ, 2 (dois) juízes dentre 6 (seis) advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, todos eleitos mediante votação secreta.
- (B) O TSE é composto, no mínimo, por 3 (três) juízes dentre os Ministros do STF, 2 (dois) juízes dentre os Ministros do STJ, 2 (dois) juízes dentre 6 (seis) advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, todos eleitos mediante votação aberta.
- (C) O TSE é composto, no mínimo, por 3 (três) juízes dentre os Ministros do STF, 2 (dois) juízes dentre os Ministros do STJ, 2 (dois) juízes dentre 6 (seis) advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, sendo estes últimos indicados pelo STF.
- (D) O TSE é composto, no mínimo, por 3 (três) juízes dentre os Ministros do STF, 2 (dois) juízes dentre os Ministros do STJ, 2 (dois) juízes dentre 6 (seis) advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, sendo estes últimos indicados pela OAB.
- (E) O TSE é composto, no mínimo, por 3 (três) juízes dentre os Ministros do STF, 2 (dois) juízes dentre os Ministros do STJ, 2 (dois) juízes dentre 4 (quatro) membros do Ministério Público Federal, sendo estes últimos indicados pelo Presidente da República.

QUESTÃO 46

Referente às mudanças instituídas pela Lei 11.300/2006, conhecida como Lei da Minirreforma Eleitoral, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- i. **Proibição da realização de showmício para a promoção de candidatos.**
- ii. **Proibição da distribuição de bens materiais, como camisetas e bonés, que possam proporcionar vantagens ao eleitor.**
- III. **Proibição da propaganda de boca de urna.**

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas I e II.
- (C) Apenas I e III.
- (D) Apenas II e III.
- (E) I, II e III.

QUESTÃO 47

É possível o registro de candidato com

- (A) variação nominal irreverente.
- (B) cognome.
- (C) variação nominal ridícula.
- (D) variação nominal que atente ao pudor.
- (E) a variação nominal que optar, mesmo que estabeleça dúvida quanto à sua identidade.

QUESTÃO 48

É permitido, aos agentes públicos, fazer, na circunscrição do pleito,

- (A) revisão geral da remuneração dos servidores públicos que não exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, até os 181 dias antes das eleições e após a posse dos eleitos.
- (B) revisão geral da remuneração dos servidores públicos que não exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, até os 181 dias antes das eleições e após a diplomação dos eleitos.
- (C) revisão geral da remuneração dos servidores públicos que não exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, até os 181 dias antes das eleições e após o dia subsequente ao segundo turno das eleições.
- (D) qualquer revisão geral da remuneração dos servidores públicos, até os 181 dias antes das eleições e a partir do dia subsequente ao segundo turno das eleições.
- (E) qualquer revisão geral da remuneração dos servidores públicos, até os 181 dias antes das eleições e após a diplomação dos eleitos.

QUESTÃO 49

Referente à fusão e à incorporação de partidos, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente será admitida a fusão ou incorporação de partidos políticos que tenham obtido o registro definitivo do Tribunal Superior Eleitoral há, pelo menos, um ano.
- (B) No caso de incorporação, os órgãos de direção dos partidos elaborarão projetos comuns de estatuto.
- (C) O partido que se fundir a outro terá o seu registro cancelado junto ao Ofício Civil e ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (D) Adistribuição dos recursos do Fundo Partidário para a eleição seguinte à incorporação será proporcional ao partido incorporador.
- (E) O partido que está sendo incorporado deverá deliberar a respeito da adoção do estatuto de outra agremiação por maioria de 2/3 (dois terços).

QUESTÃO 50

No que se refere às Coligações Partidárias, assinale a alternativa correta.

- (A) Na denominação da Coligação, pode-se fazer referência ao nome de candidato.
- (B) Terão denominação própria, dessa forma, não poderá ocorrer a junção de todas as siglas dos partidos que a integram para compor o nome.
- (C) Na propaganda para a eleição proporcional, cada partido usará apenas sua legenda sob o nome da coligação.
- (D) Na propaganda para eleição majoritária, é facultado à coligação usar, sob sua denominação, as legendas de todos os partidos que a integram.
- (E) A responsabilidade pelo pagamento de multas, decorrentes de propaganda eleitoral, é solidária entre os candidatos e os respectivos partidos, alcançando outros partidos integrantes de uma mesma coligação.

QUESTÃO 51

Referente ao Ministério Público Eleitoral, assinale a alternativa correta.

- (A) O MPE, órgão com estrutura própria, é composto por membros do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual.
- (B) Incumbe, ao Procurador-Geral Eleitoral, requisitar servidores da União e de suas autarquias, quando o exigir a necessidade do serviço, sem prejuízo dos direitos e vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos.
- (C) O Procurador-Geral Eleitoral possui a competência de designar, nos Estados e

no Distrito Federal, o Procurador Regional Eleitoral dentre os integrantes do Ministério Público Estadual e Distrital.

- (D) Havendo impedimento de Promotor Eleitoral, o Chefe do Ministério Público local designará um substituto no prazo de 24 horas.
- (E) Havendo impedimento de Promotor Eleitoral, o Chefe do Ministério Público local designará um substituto no prazo de 72 horas.

QUESTÃO 52

De acordo com a Lei Complementar 64/90, são autores legítimos de impugnação a registro de candidatura, EXCETO:

- (A) os candidatos.
- (B) os partidos políticos.
- (C) as coligações.
- (D) o ministério público.
- (E) as associações civis.

QUESTÃO 53

Referente às pesquisas e aos testes pré-eleitorais, é INCORRETO afirmar que

- (A) é proibida a realização de enquetes relacionadas ao processo eleitoral no período de campanha eleitoral.
- (B) o órgão veiculador pode ser punido pela divulgação de pesquisa fraudulenta.
- (C) a divulgação de pesquisa, sem o prévio registro das informações, é punível com detenção de um a três meses.
- (D) é obrigatório o registro, entre outros, do valor e da origem dos recursos despendidos nas pesquisas de opinião relativas às eleições.
- (E) a divulgação de pesquisa, sem o prévio registro das informações na Justiça Eleitoral, sujeita os responsáveis à multa no valor de cinquenta mil a cem mil UFIR.

QUESTÃO 54

A Justiça Eleitoral e seus órgãos são essenciais para o exercício da democracia. Referente ao assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A Justiça Eleitoral é composta de somente três órgãos: o Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral e as juntas eleitorais.
- (B) A junta eleitoral será composta de um juiz de direito, um membro do Ministério Público e dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.
- (C) O presidente da junta eleitoral deverá ser escolhido por meio de votação entre os seus membros.
- (D) Os membros das juntas eleitorais serão nomeados 60 (sessenta) dias antes da eleições.

- (E) Os escrutinadores serão nomeados dentre os que pertencem ao serviço eleitoral.

QUESTÃO 55

De acordo com a Lei 4.737/65, a votação é nula quando

- (A) alguém votar com identidade falsa no lugar do eleitor chamado.
- (B) encerrada antes das 17 horas.
- (C) utiliza de captação de sufrágios vetada por lei.
- (D) viciada de fraude.
- (E) houver extravio de documento reputado essencial.

QUESTÃO 56

O alistamento eleitoral ocorre mediante a qualificação e inscrição do eleitor. Em relação ao tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O conceito de domicílio para o Direito Eleitoral coincide com o de domicílio para o Direito Civil.
- (B) O conceito de domicílio para o Direito Eleitoral é mais restrito do que o de domicílio para o Direito Civil.
- (C) Caso o eleitor pretenda transferir o seu título para um novo domicílio eleitoral, ele não poderá fazê-lo dentro dos 180 dias anteriores à eleição.
- (D) Caso o eleitor inscreva-se fraudulentamente, responderá por crime eleitoral, punível com detenção e multa.
- (E) Caso o eleitor inscreva-se fraudulentamente, responderá por crime eleitoral, punível com reclusão e multa.

QUESTÃO 57

No que se refere ao registro dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.

- (A) O partido político deve requerer o seu registro no cartório competente de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal, podendo, a partir deste ato, participar do processo eleitoral.
- (B) Com o registro do partido político no Cartório competente de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Capital Federal, é assegurada a exclusividade de sua denominação, suas siglas e seus símbolos.
- (C) O requerimento do registro de partido político dirigido ao cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, da Capital Federal, deve ser subscrito por seus fundadores, em número nunca inferior a cento e um, com domicílio eleitoral em, no mínimo, um terço dos Estados.
- (D) Para adquirir a personalidade jurídica, é necessário que o partido político comprove o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, não computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por 1/3 (um terço), ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.
- (E) Para adquirir a personalidade jurídica, é necessário que o partido político comprove o apoio de eleitores não filiados a partido político, correspondente a, pelo menos, 0,5% (cinco décimos por cento) dos votos dados na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, computados os votos em branco e os nulos, distribuídos por 1/3 (um terço), ou mais, dos Estados, com um mínimo de 0,1% (um décimo por cento) do eleitorado que haja votado em cada um deles.

QUESTÃO 58

Findas as eleições, é necessária a prestação de contas das campanhas eleitorais referente à arrecadação e aplicação de recursos financeiros. Referente ao assunto, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. A prestação de contas de cessão de bens imóveis de valor inferior a R\$4.000,00 (quatro mil reais) por pessoa cedente é dispensada.
- II. O candidato que concorrer ao segundo turno deverá prestar contas separadas para as duas etapas.

III. Erros formais ou materiais irrelevantes, que não comprometam o resultado, acarretarão a rejeição das contas.

IV. Débitos de campanha não quitados até a data de apresentação de contas poderão ser assumidos pelo partido político.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) Apenas IV.

QUESTÃO 59

Em caso de homonímia em pedido de registro de candidato,

- (A) prevalecerá o registro com o nome conflitante do candidato mais velho.
- (B) prevalecerá o registro com o nome conflitante do candidato que tiver realizado o pedido de registro primeiro.
- (C) prevalecerá o registro com o nome conflitante do candidato que tiver concorrido mais vezes às eleições, não importando o resultado destes pleitos.
- (D) será deferido em favor do candidato que já tenha exercido mandato eletivo com esse nome em qualquer data.
- (E) caso nenhum dos candidatos tenha preferência por lei, a Justiça Eleitoral irá notificá-los para que os candidatos cheguem a um acordo.

QUESTÃO 60

O mínimo de eleitores inscritos na circunscrição sob a jurisdição da Missão Diplomática ou do Consulado Geral, para que se organize uma seção eleitoral no exterior, é de

- (A) 10 eleitores.
- (B) 30 eleitores.
- (C) 50 eleitores.
- (D) 80 eleitores.
- (E) 100 eleitores.

RASCUNHO

Atenção! Não **ESQUEÇA** de marcar, na *Folha de Respostas*, o número de sua prova indicado na capa desse caderno.
